

2021 P&R: POLÍTICAS DE COMANDO E Apr CONTROLE POR SI SÓ NÃO SALVARÃO A AMAZÔNIA

Daniel Nepstad | Diretor Executivo, Cientista Sênior

O estado de Mato Grosso atingiu uma redução de 34% no desmatamento desde agosto em relação ao mesmo período do ano anterior. O declínio é muito importante quando a maioria dos estados da Amazonia vem registrando aumentos de desmatamento nos últimos anos. A secretária estadual de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, traz mais de 20 anos de experiência no setor. Uma figura-chave na concepção e implementação das políticas ambientais de Mato Grosso, ela credita os avanços na proteção da floresta ao aumento da eficiência da fiscalização e combate ao desmatamento ilegal e, também, na liberação de desmatamento legal, apoiado por financiamento de doadores internacionais. Ela fala também da importância de ter um diálogo robusto com o setor produtivo do estado em vez de demonizar-lo. Ela falou com o Diretor Executivo da EII, Dan Nepstad, sobre seu trabalho, sua visão para o estado e a próxima cúpula do clima COP26.

<https://www.youtube.com/watch?v=DKRqDTuvzKU>

Quais medidas o governo de Mato Grosso tomou para alcançar as recentes reduções do desmatamento?

Começamos criando um plano consistente para reduzir o desmatamento ilegal, ao mesmo tempo trabalhando para agilizar os processos para quem tem o direito legal de desmatar. Começamos com esses dois pilares. Trabalho com gestão ambiental há 20 anos, tanto no setor público quanto no privado. Historicamente, para o governo, o desafio continua o mesmo: o número de funcionários é inadequado para o tamanho do estado [mais do que o dobro do tamanho da Califórnia] e a responsabilidade tem sido fraca. Assim, focamos em aumentar a eficiência, desenvolvendo uma plataforma online para melhorar a gestão e eficácia das inspeções. Esse trabalho começou em agosto de 2019 e em setembro o desmatamento começou a diminuir.

Como essas etapas apoiaram seus esforços?

Por meio da plataforma, recebemos dados verificados [em alta resolução] em tempo real sobre onde está ocorrendo o desmatamento e usamos esses dados para auxiliar as equipes de campo na formulação e emissão de autos de infração. Podemos estar em campo no momento em que ocorre uma infração. Também removemos o maquinário usado para desmatar no local da infração. No último ano, removemos mais de 120 escavadeiras e outras máquinas pesadas, além de motosserras, armas de fogo e facões. E também nos concentramos em responsabilizar os violadores por meio de uma força-tarefa local. Em 2019, emitimos multas totalizando mais de R \$300 milhões. Em 2020, esse número subiu para mais de R \$1 bilhão, quatro vezes mais do que as multas emitidas na esfera federal, com mais de 5 mil casos de desmatamento julgados.

Você também mencionou a simplificação do processo de desmatamento legal. Como é isso?

Em 2019, foi autorizado 4% de todo o desmatamento no estado. No primeiro semestre de 2020, esse número aumentou para 14%, destacando nossos esforços para apoiar aqueles que têm o direito legal de desmatar e, ao mesmo tempo, inibir a atividade ilegal. Os números do segundo semestre do ano passado ainda estão chegando, mas mostram um progresso contínuo nisso.

Qual foi o papel do financiamento do clima nessa redução?

O contrato REM ([REDD for Early Movers](#)) com a Alemanha e o Reino Unido foi essencial para nos permitir alcançar os resultados que temos. O Estado de Mato Grosso teve uma das primeiras políticas de mudanças climáticas na Amazônia, e isso nos permitiu fazer parte do programa REM, que possibilitou o desenvolvimento da plataforma, a aquisição de caminhões-plataforma para retirada de máquinas também como as demais atividades vinculadas ao combate ao desmatamento e à prevenção de incêndios florestais. Quando iniciamos nosso mandato, o estado estava em grandes dificuldades financeiras.

Então veio a pandemia. Sem o programa REM nenhuma dessas iniciativas [para desacelerar o desmatamento] teria sido possível.

A estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) e o Código Florestal são pilares da política ambiental de Mato Grosso. Que papel eles desempenharam neste processo?

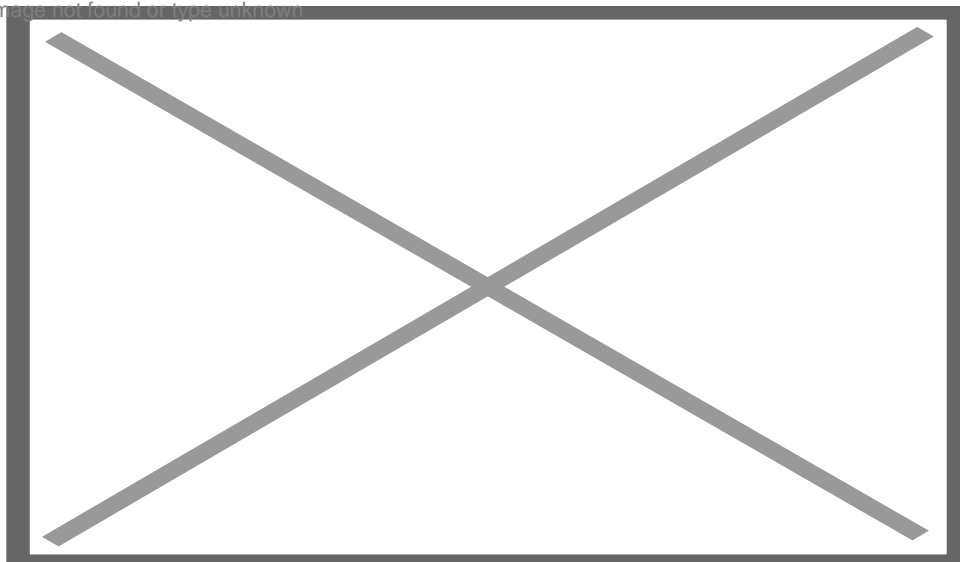
Ambos são muito relevantes. A política de comando e controle nas últimas três décadas não deu frutos. Somente quando começamos a promover o desenvolvimento sustentável e a legalização junto com o comando e controle é que fomos capazes de fazer mudanças. [PCI](#) reúne tudo isso. O Código Florestal, e mais especificamente o registro do CAR (Cadastro Ambiental Rural), é o instrumento pelo qual implementamos esta política pública. É a única forma de comunicarmos formalmente ao mundo que os produtores rurais estão cumprindo a legislação em termos de conservação florestal. Por isso, o estado está concentrando suas energias na plena implementação do Código Florestal, que nos permitirá combater as atividades ilegais e normalizar o processo para quem atua dentro da lei.

Mato Grosso se comprometeu a atingir o desmatamento ilegal zero, meta do PCI. Quais são seus planos para alcançar isso?

Este é um processo contínuo, e a pandemia - entre outros fatores - pode complicar nossa capacidade de realizar essa meta até o final de nosso mandato em 2022. Mas continua sendo uma política pública para o estado, e pelo menos queremos reverter o números para que, ao cadastrar mais propriedades no CAR, possamos ver o percentual de desmatamento ilegal ficar abaixo do desmatamento legal. Mesmo assim, continuaremos comunicando tolerância zero ao desmatamento ilegal, que é a premissa de todas as nossas políticas públicas.

No ano passado, ocorreram incêndios significativos nas florestas e na região do Pantanal do estado. O que você está fazendo para mitigar o perigo de incêndio antes da próxima temporada de incêndios?

Image not found or type unknown



Fires in the Pantanal region of Mato Grosso. (Image via [Flickr](#))

Iniciamos a execução do nosso plano de ação de combate ao desmatamento e incêndios florestais no início deste ano, incluindo medidas de mitigação e organização de equipes de bombeiros. Além dos mais de 1.500 bombeiros em serviço, vamos contratar mais 100 brigadistas para o período mais crítico. Em 2021, também aumentaremos os investimentos no combate a incêndios florestais e desmatamento de R \$ 32 milhões para R \$ 73 milhões, com foco adicional no cuidado de animais silvestres afetados por incêndios florestais. E começaremos essas atividades um mês antes do que nos anos anteriores. No ano passado, estávamos lutando para nos adaptar à pandemia quando os incêndios ocorreram. Este ano levamos essa lição em consideração e - com a pandemia ainda uma realidade - já estamos trabalhando nos preparativos.

No que diz respeito ao Pantanal, os incêndios ali se tornaram sinônimo de imagem do estado no exterior. Está entre os biomas mais afetados pelos incêndios. Em 2020, emitimos um decreto com o objetivo de limpar as pastagens nativas de espécies invasoras que formam grande parte da biomassa que alimenta os incêndios. Nossa esperança é que isso mitigue o potencial para o tipo de incêndios que vimos no ano passado. Ao elaborar nossos planos para 2021, também nos envolvemos com proprietários de terras locais na construção de tanques de água. E estamos trabalhando com universidades locais e com a Embrapa Pantanal, que tem mais de 30 anos de experiência na região, para garantir que nossos esforços estejam alinhados

com o ecossistema único do Pantanal. Isso tudo é uma preparação para a próxima temporada de incêndios e com o entendimento de que provavelmente enfrentaremos condições de seca por pelo menos os próximos quatro anos.

Você pode compartilhar um pouco da sua própria história? De onde você é e o que o atraiu para esta posição?

Eu nasci no Mato Grosso, no município de Alta Floresta, então a floresta está comigo desde que nasci. Meu pai era um madeireiro e um ferrenho defensor da floresta. Ele entendeu que o desmatamento desenfreado acabaria com a matéria-prima que era seu ganha-pão. Essa é a visão com a qual cresci: ganhar a vida da floresta, mantendo a floresta de pé. É uma lição que aprendi com meu pai.

A verdadeira virada em minha carreira veio em 2005, quando trabalhava para uma fundação ambientalista. Eu estava entre os presos na Operação Curupira [uma armação do governo federal para reprimir atividades ilegais]. Embora mais tarde eu tenha sido inocentado, a experiência teve um grande impacto em mim. Foi o início da minha carreira e lembro com clareza o que o titular do Tribunal de Justiça de Mato Grosso me disse na minha soltura: deixe essa injustiça motivá-lo a alcançar seus objetivos. Passei os anos que se seguiram afastado do setor, voltando como subsecretário do então governador Silval Barbosa em 2010. Posteriormente, fui convidado para fazer parte da administração posterior de Pedro Taques, cujo ex-colega havia ordenado minha prisão. Esse foi outro marco importante para mim. Eu estava pronto para seguir em frente quando o governador Mendes assumiu o cargo e me convidou para fazer parte de sua administração.

E como você aplicou algumas dessas lições em sua postagem mais recente?

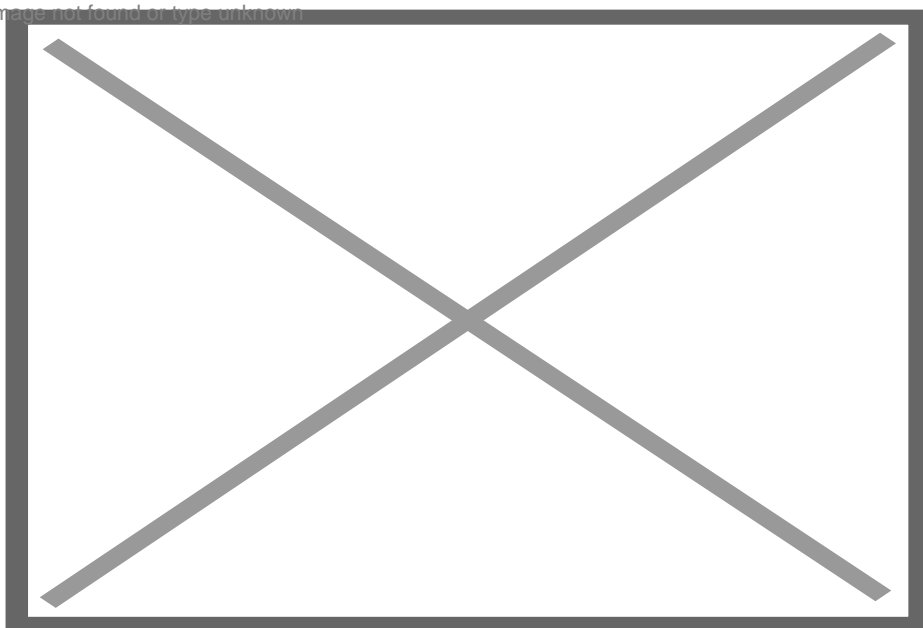
Tenho um conhecimento interno sobre a dinâmica dentro da agência ambiental do estado, mas também compartilho a perspectiva daqueles que solicitaram os serviços da agência no passado e não os conseguiram. Tentei traduzir essas

perspectivas no planejamento do governo, equilibrando as demandas da gestão pública com as realidades ambientais em um estado que é líder nacional e global na produção de alimentos.

Além disso, Mato Grosso agora ocupa a presidência da ABEMA (associação brasileira de órgãos ambientais estaduais), a primeira vez em 30 anos de história da associação que um estado do Amazonas ocupou esse cargo. Eu presido este grupo, além de ser a única mulher líder entre os estados membros da Força-Tarefa do Governador para o Clima e Florestas (GCF). Eu sou o presidente do GCF no Brasil. Em todas essas posições procuro entender todos os lados, evitando ideologias que nos cegam para certas realidades. Acho que esse é o papel do servidor público, guiar as regiões para uma visão comum e compartilhada.

Você pode dar um exemplo específico desse esforço para construir consenso?

Image not found or type unknown



Mato Grosso é um dos maiores exportadores mundiais de soja e outros grãos para ração.

O diálogo com o setor produtivo é fundamental para a implementação efetiva da política. No passado, esse diálogo era desaprovado e os produtores eram

rotineiramente demonizados. Hoje construímos nossas políticas ouvindo, integrando as perspectivas de quem tem a tarefa de aderir a uma política específica. O diálogo é a chave aqui. Incluir os produtores no processo ajuda a garantir a conformidade, mesmo que haja partes de uma política com as quais eles possam discordar. Mudamos as leis tributárias, os processos de licenciamento para pesca e os procedimentos de desmatamento. Da mesma forma com o CAR, continuamos a ajustar e melhorar a implementação. E em tudo isso os produtores cooperaram porque fizeram e continuam fazendo parte do diálogo.

Qual é a sua mensagem para os líderes mundiais com a COP26 chegando?

Espero destacar o sucesso de Mato Grosso como líder na produção e ao mesmo tempo conservando nossos recursos naturais, proporcionando uma renda para nossa população a partir de florestas em pé. Espero que seja possível demonstrar ao mundo as estratégias que estamos perseguindo e enfatizar que essas estratégias precisam de investimentos, que o custo dessa preservação precisa ser reconhecido.

Para a COP, a ideia é que possamos ter outros projetos como o REM. Alemanha e Reino Unido já sinalizaram a possibilidade de algo assim. Depois, há a questão do pagamento por serviços ambientais, que se enquadra no [artigo 6 do Acordo de Paris](#). Temos que entender que a produção está limitada a 20% [de cada propriedade rural] no bioma Amazônia. O custo de manutenção dos 80% restantes da reserva legal precisa ser reconhecido, assim como seu valor para o meio ambiente global. Em linhas gerais, minha esperança é que possamos demonstrar nossa estratégia de forma a financiar ideias inteligentes que aumentem a eficiência e contribuam para a redução do desmatamento na Amazônia.